

LEI Nº 2286, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019

***FIXA OS SUBSÍDIOS DO
PREFEITO, VICE-PREFEITO, DO
CONTROLADOR GERAL INTERNO
E DOS SECRETÁRIOS
MUNICIPAIS, PARA OS
EXERCÍCIOS DE 2021 A 2024 E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

Vide Lei nº 2.626/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, faço saber a todos os habitantes do Município de Santa Maria de Jetibá-ES, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os subsídios mensais dos agentes políticos do Poder Executivo Municipal, para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, são fixados nos seguintes valores:

20.007,24	I – Prefeito Municipal	R\$
10.003,62	II – Vice-Prefeito	R\$
9.303,36	III – Controlador Geral Interno	R\$
6.719,10	IV – Secretários	R\$

Art. 2º Aos agentes políticos relacionados nos Incisos I, II, III e IV, serão devidos um décimo terceiro subsídio, a ser pago no mês do aniversário do agente político, correspondendo ao valor integral do subsídio, vigente no mês do pagamento.

§ 1º As férias anuais dos agentes políticos, serão gozadas de acordo com escala estabelecida pela administração do Poder Executivo e os respectivos subsídios serão acrescidos de um terço constitucional.

§ 2º No último ano do mandato as férias não gozadas serão indenizadas.

Art. 3º Os subsídios dos agentes políticos de que tratam esta Lei, estão atualizados monetariamente, pelos índices inflacionários incorridos até o mês de abril/2019, nos termos da [Lei Municipal nº 2196/2019](#).

Parágrafo Único. Os subsídios serão reajustados pelos mesmos percentuais aplicados para a atualização dos salários, vencimentos, proventos dos servidores ativos e inativos do município, com reposições inflacionárias à partir do mês de maio/2019, exceto eventuais aumentos reais, acima dos índices inflacionários.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias a serem obrigatoriamente incluídas nas Leis Orçamentárias dos exercícios fiscais de 2021 a 2024.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e os seus efeitos à partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 04 de Dezembro de 2019.

HILÁRIO ROEPKE
PREFEITO MUNICIPAL

Este texto não substitui o original publicado e arquivado pela Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.

LEI Nº 2.534, DE 12 DE JANERIO DE 2022

**CONCEDE REVISÃO GERAL DA
REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES
PÚBLICOS E DOS SUBSÍDIOS DOS
AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS DE
SANTA MARIA DE JETIBÁ.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ao Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral dos salários, vencimentos e proventos do pessoal e dos subsídios dos Secretários Municipais e demais Agentes Públicos de acordo com a [Lei Municipal 2286/2019](#), no percentual de 3,50% (três virgula cinquenta por cento), a partir de 1º de Janeiro de 2022.

Parágrafo Único. O percentual descrito no *caput* repõe integralmente a inflação apurada pelo IPCA, no período de maio/2019 a abril/2020, no percentual de 2,40% e parcialmente a inflação apurada no período de maio/2020 a abril/2021, no percentual de 1,10%.

Art. 2º A revisão geral dos salários, vencimentos e proventos alcança todos os servidores públicos municipais da administração direta e indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, incluindo ativos, inativos, pensionistas, contratados temporariamente, comissionados e também os agentes políticos vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, em conformidade com o disposto no Art. 37, Inc. X da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentarias específicas, previstas na Lei Orçamentaria em execução no corrente exercício fiscal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos à partir de 1º de Janeiro de 2022.

Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 12 de Janeiro de 2022.

**HILÁRIO ROEPKE
PREFEITO MUNICIPAL**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado pela Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.

LEI Nº 2.568, DE 14 DE JUNHO DE 2022

**CONCEDE REVISÃO GERAL DA
REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES
PÚBLICOS E DOS SUBSÍDIOS DOS
AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS DE
SANTA MARIA DE JETIBÁ.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ao Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral dos salários, vencimentos e proventos do pessoal e dos subsídios dos Secretários Municipais e demais Agentes Públicos de acordo com a [Lei Municipal 2286/2019](#), no percentual de 5,66% (cinco vírgula sessenta e seis por cento).

§ 1º O percentual descrito no caput repõe integralmente a inflação apurada pelo IPCA, no período de maio/2020 a abril/2021.

§ 2º A revisão geral dos salários, vencimentos e proventos será gradual e parcelada, nos percentuais e datas seguintes:

I – No mês de maio/2022 o percentual equivalente a 3,00% (três por cento);

II – No mês de janeiro/2023 o percentual equivalente a 2,66% (dois vírgula sessenta e seis por cento).

Art. 2º A revisão geral dos salários, vencimentos e proventos alcança todos os servidores públicos municipais da administração direta e indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, incluindo ativos, inativos, pensionistas, contratados temporariamente, comissionados e também os agentes políticos vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, em conformidade com o disposto no Art. 37, Inc. X da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, previstas na Lei Orçamentaria em execução no corrente exercício fiscal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos à partir de 1º de Maio de 2022.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 14 de Junho de 2022.

**HILÁRIO ROEPKE
PREFEITO MUNICIPAL**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado pela Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.

LEI Nº 2.626, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

**CONCEDE REVISÃO GERAL DA
REMUNERAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS E DOS
SUBSÍDIOS DOS AGENTES
POLÍTICOS MUNICIPAIS DE
SANTA MARIA DE JETIBÁ.**

—
O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ao Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral dos salários, vencimentos e proventos do pessoal e dos subsídios dos Secretários Municipais e demais Agentes Públicos de acordo com a [Lei Municipal 2286/2019](#), no percentual de 3% (três por cento), a partir de 1º de novembro de 2022.

§ 1º O percentual descrito no caput repõe parcialmente a inflação apurada pelo IPCA, no período de maio/2021 a abril/2022.

Art. 2º A revisão geral dos salários, vencimentos e proventos alcança todos os servidores públicos municipais da administração direta e indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, incluindo ativos, inativos, pensionistas, contratados temporariamente, comissionados e também os agentes políticos vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, em conformidade com o disposto no Art. 37, Inc. X da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, previstas na Lei Orçamentaria em execução no corrente exercício fiscal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2022.

Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 22 de Novembro de 2022.

**HILÁRIO ROEPKE
PREFEITO MUNICIPAL**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado pela Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.

LEI Nº 2798, DE 15 DE MARÇO DE 2024

**CONCEDE REVISÃO GERAL DA
REMUNERAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS E DOS
SUBSÍDIOS DOS AGENTES
POLÍTICOS MUNICIPAIS DE
SANTA MARIA DE JETIBÁ.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ao Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral dos salários, vencimentos e proventos do pessoal e dos subsídios dos Secretários Municipais e demais Agentes Públicos de acordo com a lei Municipal 2286/2019, no percentual de 4,18% (quatro vírgula dezoito por cento), a partir de 1º de março de 2024.

Parágrafo único. O percentual descrito no *caput* repõe integralmente a inflação apurada pelo IPCA, no período de maio/2022 a abril/2023.

Art. 2º A revisão geral dos salários, vencimentos e proventos alcança todos os servidores públicos municipais da administração direta e indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, incluindo ativos, inativos, pensionistas, contratados temporariamente, comissionados e também os agentes políticos vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, em conformidade com o disposto no Art. 37, Inc. X da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, previstas na Lei Orçamentaria em execução no corrente exercício fiscal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de março de 2024.

Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 15 de março de 2024.

**HILÁRIO ROEPKE
PREFEITO MUNICIPAL**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado pela Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá